

DECRETO Nº 16660, DE 01 DE JUNHO DE 2001.

REGULAMENTA A LEI Nº 3274, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE  
A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO, CONTROLE E  
RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO  
MUNICÍPIO DE BETIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Betim, no uso de suas atribuições  
legais, DECRETA:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A Política Municipal de Meio Ambiente, respeitada a competência da União e do Estado, tem por objetivo geral a melhoria da qualidade de vida no Município de Betim, mediante a proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente, patrimônio público a ser defendido e garantido pelo Poder Público e pela comunidade às presentes e futuras gerações.

Art. 2º - A Política Municipal de Meio Ambiente tem por objetivos específicos:

I - incentivar, promover e assegurar a participação da população na definição, formulação e acompanhamento de planos de desenvolvimento e de gestão ambiental;

II - estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental e normas concernentes ao uso e manejo dos recursos ambientais;

III - criar, entre outras unidades, parques, reservas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e áreas de relevante interesse ecológico ou paisagístico;

IV - reduzir os níveis de poluição e degradação do solo, de poluição hídrica, tanto das águas superficiais como das águas subterrâneas, de poluição atmosférica, de poluição sonora e de poluição visual;

V - proteger a fauna e a flora;

VI - proteger o patrimônio histórico, cultural, turístico, natural, paisagístico, arqueológico e artístico de interesse local;

VII - melhorar a qualidade do ambiente construído e da paisagem;

VIII - regular o transporte, manuseio e armazenagem de produtos e resíduos perigosos;

IX - desenvolver ações voltadas à implementação de turismo ecológico;

X - fomentar cooperações e parcerias entre órgãos e organismos pertinentes, municipais, regionais, nacionais e internacionais, no sentido de desenvolver estudos, projetos, pesquisas e tecnologias, particularmente as tecnologias limpas, voltadas para a gestão ambiental;

XI - estimular e promover o crescimento da consciência e da educação ambientais;

XII - definir medidas de emergência em episódios críticos de poluição e situações de risco diversas.

Art. 3º - Para os fins previstos neste Regulamento, entende-se por:

I - meio ambiente: o conjunto das condições, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e política que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de empreendimento e atividade que, direta ou indiretamente:

a) prejudique a saúde, o sossego, a segurança e o bem-estar da população;

b) crie condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afete desfavoravelmente a fauna, a flora ou qualquer recurso ambiental;

d) comprometa as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lance matérias ou energia que interfiram no equilíbrio ambiental e/ou estejam em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

f) ocasione danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico;

IV - agente poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de poluição;

V - poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição;

VI - fonte poluidora, efetiva ou potencial: toda atividade, processo, operação, maquinaria, equipamento ou dispositivo fixo ou móvel que cause ou possa causar emissão ou lançamento de poluentes;

VII - recursos ambientais: os componentes naturais da litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera necessários à manutenção da vida no planeta;

VIII - manejo ecológico: o conjunto de procedimentos relativos à conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais;

IX - preservação: a manutenção de um ecossistema em sua integridade;

X - conservação: a utilização equilibrada dos recursos ambientais visando tanto a obstar o surgimento, a proliferação e o desenvolvimento das condições que possam causar danos à população ou ao meio ambiente, bem como a otimizar o aproveitamento daqueles recursos;

XI - recuperação: a restauração ou restabelecimento das condições naturais próprias dos recursos ambientais degradados;

XII - desenvolvimento sustentável: é aquele que compatibiliza desenvolvimento econômico, social e ambiental e atende

às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias;

XIII - licenciamento ambiental: é o procedimento administrativo pelo qual é licenciada a construção, instalação, ampliação, modificação ou o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

XIV - licença ambiental: é o ato administrativo que estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para construir, instalar, ampliar, modificar ou funcionar empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

XV - licença prévia: é aquela concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

XVI - licença de instalação: é aquela que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

XVII - licença de operação: é aquela que autoriza a operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Art. 4º - Os projetos de lei e regulamentos a respeito de qualquer matéria de competência do Município que impliquem a disciplina das atividades públicas ou privadas relacionadas com o aproveitamento de recursos ambientais ou que, por qualquer forma, possam causar impacto ambiental, deverão ser submetidos a apreciação do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA.

Parágrafo único - Ocorrendo a hipótese prevista no "caput", o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente emitirá parecer a ser submetido a deliberação do CODEMA.

## **CAPÍTULO II**

### **DA GESTÃO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Art. 5º - Ao Município, na gestão da política ambiental, compete:

I - exigir licenciamento ambiental para o planejamento, instalação e operação de atividades, produção e serviços de qualquer natureza que, potencial ou efetivamente, possam causar degradação ambiental;

II - editar normas que condicionem o planejamento, instalação e operação de atividades, produção e serviços de qualquer natureza que, potencial ou efetivamente, possam causar degradação ambiental;

III - acompanhar o funcionamento das atividades, produção e serviços de qualquer natureza através de inspeção, monitoramento e auditorias ambientais, entre outros;

IV - estabelecer meios que obriguem o degradador público ou privado a recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

Art. 6º - O Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA, instituído pela Lei Municipal nº 3.274, de 20 de dezembro de 1999, integrante dos Sistemas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, é constituído pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, responsáveis pela proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município.

#### SEÇÃO I

##### DO ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 7º - A Coordenadoria de Meio Ambiente - COMEIA é o órgão central de planejamento, administração e fiscalização das posturas ambientais na estrutura básica da Prefeitura Municipal de Betim, cabendo-lhe fornecer diretrizes técnicas aos demais órgãos municipais em assuntos e questões que se refiram a meio ambiente, visando o desenvolvimento sustentável do Município.

Art. 8º - Ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, na gestão da política de proteção ambiental do Município, cabe fazer cumprir a legislação ambiental, competindo-lhe:

I - receber denúncias feitas pela população e promover a aplicação da legislação e das normas específicas de meio ambiente;

II - planejar e desenvolver ações de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação dos recursos ambientais;

III - zelar pela observância das normas de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação dos recursos ambientais;

IV - formular as normas técnicas e os padrões de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação dos recursos ambientais, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente, submetendo-as à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA;

V - estabelecer as áreas em que as ações do Executivo Municipal, relativas à qualidade ambiental, devam ser prioritárias;

VI - incentivar e auxiliar tecnicamente entidades de caráter cultural, científico, comunitário e educacional com finalidade ecológica;

VII - incentivar o desenvolvimento, produção e instalação de equipamentos e a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental; ✓

VIII - promover a captação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das atividades relacionadas com a proteção ambiental; ✓

IX - administrar o Fundo Municipal do Meio Ambiente; ✓

X - fazer cumprir as decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, observadas as normas legais pertinentes; ✓

XI - exercer o poder de polícia nos casos de infração da legislação ambiental, bem como para o estabelecimento de meios que obriguem o degradador público ou privado a recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas; ✓

XII - firmar acordos visando a transformação da sanção de multa simples em obrigação de execução de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, sem prejuízo da execução de medidas exigidas em lei; ✓

XIII - celebrar, em nome do Município, com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, termos de compromisso destinados a permitir as necessárias correções de suas atividades, para sua adequação às normas ambientais, nos termos da legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e o Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999; ✓

XIV - deliberar sobre os pedidos de autorização para poda, transplante ou supressão de espécime arbóreo e demais formas de vegetação em áreas de domínio público ou privado, bem como sobre os pedidos de seu plantio em áreas de domínio público e, ainda, sobre os pedidos para realização de atividades especificadas no regulamento desta Lei; ✓

XV - propor a instituição, entre outras unidades, de parques, reservas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico ou paisagístico; ✓

XVI - estimular e promover o crescimento da consciência pública quanto à necessidade de proteger, melhorar e conservar o meio ambiente, bem como da educação ambiental; ✓

XVII - exigir licenciamento ambiental para a instalação e o funcionamento de atividades, produção e serviços que, potencial ou efetivamente, possam causar degradação ambiental, conforme indicação a ser feita pelo CODEMA, através de Deliberação Normativa, obedecida a classificação instituída pela legislação federal e estadual; ✓

~~XVIII - deliberar sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de pequeno porte, (Redação original).~~

XVIII - deliberar sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de pequeno potencial de impacto poluidor; *(Inciso XVIII com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).*

XIX - participar da elaboração de planos, programas e projetos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, notadamente sobre o uso dos recursos hídricos; —

XX - adotar medidas perante os setores público e privado para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental; —

XXI - exigir daquele que utilizar ou explorar recursos naturais a recuperação do meio ambiente degradado; —

XXII - responder a consultas sobre matérias de sua competência;

XXIII - exercer outras atividades correlatas. —

Parágrafo único - Para a realização de sua competência, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas mediante convênios, contratos e credenciamentos, observada a legislação pertinente. —

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BETIM

Art. 9º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, criado pela Lei Municipal nº 1228, de 23 de outubro de 1978, alterado pela Lei Municipal nº 2.126, de 20 de agosto de 1991, vincula-se ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e é disciplinado pela Lei Municipal nº 3274, de 20 de dezembro de 1999, por este regulamento e por seu regimento interno.

~~Parágrafo Único - Para os efeitos deste Regulamento, a sigla CODEMA e a palavra Conselho equivalem à denominação Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim. (Redação original).~~

§ 1º - Para os efeitos deste Regulamento, a sigla CODEMA e a palavra Conselho equivalem à denominação Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim. *(Parágrafo Único renumerado para parágrafo 1º pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).*

§ 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, compõe-se, observado o critério de representação paritária previsto no art. 13 da Lei 3.274, de 20 de dezembro de 1999, dos seguintes membros efetivos e seus respectivos suplentes: —

I - de um representante e seu suplente dos seguintes órgãos do Poder Público:

a) Secretária Municipal de Meio Ambiente, que é seu Presidente;

- 2 b) Secretaria Municipal de Saúde;
- 3 c) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- 4 d) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- 5 e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- 6 f) Polícia Florestal do Estado de Minas Gerais;
- 7 g) Superintendência Municipal de Defesa Civil;
- 8 h) Câmara Municipal de Betim.

II - de um representante e seu suplente, entre cada um dos seguintes segmentos ou conjunto de segmentos de entidades da Sociedade Civil:

- 1 a) Câmara de Dirigentes Lojistas de Betim;
- 2 b) Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Betim - ACIABE;
- 3 c) Representante de Sindicatos de trabalhadores de categorias profissionais não liberais, com base territorial no Município de Betim;
- 4 d) Representante de Sindicato de trabalhadores de categorias profissionais liberais, com base territorial no Município de Betim; representante de entidade civil com finalidade de defesa do meio ambiente;
- 5 e) Representante de entidade civil com finalidade de defesa do meio ambiente e social;
- 6 f) Representante de entidade filantrópica;
- 7 g) Representante de universidade ou unidade de ensino superior, pública ou não, que atue no Município de Betim.

§ 3º - Os membros do CODEMA serão indicados livremente pelos órgãos e entidades estabelecidos na conformidade do parágrafo anterior, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais 02 (dois) anos.

§ 4º - Os membros do CODEMA serão nomeados e empossados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 5º - Os membros do CODEMA somente serão desligados do Conselho por iniciativa própria, em caso de motivos particulares justificados e aceitos pela plenária do Conselho, ou por ausência não comunicada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no decorrer de um biênio.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente do CODEMA, quando for o caso, comunicará ao respectivo órgão ou entidade, para indicação de novo representante, no prazo de 30 (trinta) dias, para complementar o mandato do substituído. *(Inciso 2º, 3º, 4º, 5º e 6º acrescentados ao Artigo 9º pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).*

Art. 10 - Ao CODEMA, órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência para decidir sobre as questões, tanto preventivas quanto corretivas, que afetem o meio ambiente, compete:

I - auxiliar o Executivo nas questões ambientais em que não tenha competência deliberativa;

II - definir as áreas onde as ações do governo municipal, relativas à qualidade ambiental, devam ser prioritárias;

III - propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;

IV - propor procedimentos e ações visando a proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida no Município, observada a legislação federal, estadual e municipal;

V - determinar ações para o exercício do poder de polícia administrativa e para os casos de infração à legislação e às normas específicas de meio ambiente;

VI - estabelecer as normas técnicas e os padrões de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação dos recursos ambientais, observada a legislação federal, estadual e municipal;

VII - propor procedimentos e ações visando a utilização adequada dos recursos ambientais do Município, em conformidade com as potencialidades sócio-econômicas locais e regionais;

VIII - atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental com ênfase nos problemas e potencialidades do Município;

IX - solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do Município na área ambiental;

X - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisa e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

XI - opinar previamente sobre planos e programas anuais e plurianuais de trabalho do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, no que diz respeito à sua competência exclusiva;

XII - deliberar acerca da realização de estudos sobre consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a harmonização do desenvolvimento sócioeconômico com a proteção ambiental;

XIII - deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;

XIV - acompanhar e exigir o controle permanente das atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes;

~~XV - deliberar sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de grande e médio porte, (Redação original).~~

~~XVI - decidir, em segunda e última instância administrativa, sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de pequeno porte, (Redação original).~~

XV - deliberar sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de grande, médio e pequeno porte; (Inciso XVI com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).

XVI - decidir, em segunda e última instância administrativa, sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de pequeno potencial de impacto poluidor; *(Inciso XVI com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).*

XVII - aprovar relatórios de impacto ambiental;

XVIII - aprovar normas pertinentes ao sistema municipal de licenciamento ambiental, inclusive a classificação das atividades e empreendimentos por porte e potencial poluidor, obedecida a classificação instituída pela legislação federal e estadual;

XIX - receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XX - opinar nas diretrizes sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e posturas municipais, visando a adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do Município;

XXI - promover audiências públicas, através do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, visando a participação da comunidade e do empreendedor na discussão dos processos de instalação de empreendimentos e atividades poluidoras;

XXII - propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de valor excepcional, da fauna e da flora ameaçados de extinção, dos mananciais, das matas ciliares, do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e áreas representativas de ecossistemas destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XXIII - emitir parecer prévio sobre o reconhecimento, pelo Executivo, de Reserva Particular Ecológica, na forma da Seção IV do Capítulo IV deste Regulamento e da Lei Municipal nº 3274, de 20 de dezembro de 1999;

XXIV - decidir, em segunda e última instância administrativa, sobre a aplicação de sanções previstas na legislação ambiental;

XXV - homologar acordos visando a conversão da sanção de multa simples em obrigação de execução de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, sem prejuízo da execução de medidas exigidas em lei;

XXVI - homologar os termos de compromisso celebrados com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, destinados a permitir as necessárias correções de suas atividades, para sua adequação às normas ambientais, nos termos da legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e o Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999;

XXVII - deliberar sobre a procedência de impugnação, sob a dimensão ambiental, relativa às iniciativas de projetos do Poder Público ou de entidades por ele mantidas, destinados à implantação física no Município;

XXVIII - responder a consultas sobre matérias de sua competência;

XXIX - avocar a si exame e decisão sobre qualquer assunto que julgar de importância para a política ambiental do Município;

XXX - exercer as atividades correlatas que lhe forem delegadas.

§ 1º - Toda autorização, deliberação, nova regulamentação, exame ou decisão do CODEMA estabelecidos neste regulamento, deverá ser precedido, se necessário, de parecer técnico do órgão específico a que estiver afeto o objeto da discussão.

§ 2º - As deliberações normativas do CODEMA constituem complemento deste Regulamento e terão seu processo deliberativo fixado em norma específica, a ser baixada pelo próprio Conselho.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA**

Art. 11 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente disporá, em observância ao art. 16 da Lei Municipal nº 3.274, de 20 de dezembro de 1999, de um fundo especial de natureza contábil, com o objetivo de custear planos, projetos e programas de melhoria da qualidade do meio ambiente no Município.

Art. 12 - Constituem recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

- I - as dotações orçamentárias específicas;
- II - o produto da arrecadação de multas previstas na legislação ambiental;
- III - o produto do reembolso do custo dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal aos requerentes de licença prevista na legislação ambiental do Município;
- IV - transferências da União, do Estado ou de outras entidades públicas;
- V - doações e recursos de outras origens.

Art. 13 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados, exclusivamente, em planos, projetos e programas de melhoria da qualidade do meio ambiente no Município, propostos pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente ou pela comunidade, e submetidos à apreciação do CODEMA.

§ 1º - O CODEMA estabelecerá, através de deliberação normativa, as normas e procedimentos para elaboração dos planos, projetos e programas de melhoria da qualidade do meio ambiente no Município, bem como os mecanismos de acompanhamento e avaliação de sua execução.

§ 2º - É vedada a utilização de recursos do FMMA no custeio de pessoal e das atividades de controle, fiscalização, manutenção e operação normais, a cargo do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, que correrão pelo processo normal de despesa.

Art. 14 - O controle administrativo, financeiro e contábil do FMMA será exercido por servidor do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, mediante designação de seu titular.

Parágrafo único - O servidor a que se refere o "caput" deverá prestar contas de sua gestão à Auditoria Geral do Município e à Secretaria Municipal da Fazenda, mediante elaboração de Balancetes Mensais, de outros demonstrativos contábeis e do Balanço Geral no fim de cada exercício financeiro.

Art. 15 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente manterá contabilidade própria de todos os atos e fatos relativos à gestão do FMMA, compreendendo os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

Art. 16 - O saldo positivo do FMMA, verificado no fim do exercício financeiro, constituirá receita do exercício seguinte.

Art. 17 - Ao servidor referido no art. 14, no exercício de suas atribuições, compete:

I - elaborar e assinar balanços, balancetes, relatórios financeiros e ordens de pagamento;

II - executar os pagamentos relacionados com as despesas do FMMA, assinando juntamente com o titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, ou, na falta deste, com seu substituto legal, cheques ou ordens de pagamento sobre depósitos bancários, bem como recibos e, ainda, dar quitação;

III - executar a administração do FMMA em consonância com as orientações da Junta de Execução Orçamentária e Financeira - JEOF;

IV - requerer à Secretaria Municipal de Administração a realização de licitação na forma estabelecida na legislação específica em vigor, para execução de obras, serviços e aquisição de materiais com recursos do FMMA;

V - assinar contratos de obras, serviços e fornecimentos realizados com recursos do FMMA, observada a legislação específica em vigor;

VI - zelar para que sejam incorporados ao FMMA todos os recursos que lhe são destinados;

VII - depositar e controlar os valores arrecadados na conta da instituição financeira indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda;

VIII - solicitar suplementação de dotações;

IX - manter o controle da receita e da despesa referente ao FMMA;

X - apresentar, mensalmente, ao titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e à Junta de Execução Orçamentária e Financeira - JEOF, um demonstrativo do movimento de receita e de despesa relativo ao FMMA;

XI - autorizar a restituição de qualquer importância recolhida indevidamente ao FMMA;

XII - prestar contas das importâncias recebidas pelo FMMA, dentro dos prazos estabelecidos nos atos de concessão, com audiência prévia do setor responsável da Secretaria Municipal da Fazenda;

XIII - zelar pelo cumprimento das normas legais relativas à aplicação dos recursos do FMMA;

XIV - promover os registros contábeis, financeiros e patrimoniais do FMMA e o inventário dos bens em Almoxarifado e de equipamentos e instalações de seu uso, bem como registrar, mediante documento hábil, todos os demais atos e fatos de gestão do Fundo, com observância das Normas Gerais de Contabilidade aprovadas pela Secretaria Municipal da Fazenda;

XV - realizar as prestações de contas anuais observando os seguintes elementos básicos constitutivos:

- a) balancete das operações financeiras e patrimoniais;
- b) extratos bancários e respectiva conciliação de saldos;
- c) relatório de despesa do FMMA;
- d) balanços gerais de 31 de dezembro de cada exercício.

XVI - prestar à Auditoria Geral do Município e à Secretaria Municipal da Fazenda, sempre que solicitado, todas as informações referentes à gestão e administração do FMMA, disponibilizando a documentação pertinente.

#### **CAPÍTULO IV** *LICENCIAMENTO* **DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E REGULAÇÃO AMBIENTAL**

Art. 18 - Constituem instrumentos de gestão e regulação do meio ambiente do Município de Betim, dentre outros:

- I - as normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;
- II - o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades;
- III - as Áreas de Interesse Ambiental;
- IV - as Reservas Particulares Ecológicas;
- V - a educação ambiental.

#### **SEÇÃO I** **DAS NORMAS, PADRÕES, CRITÉRIOS E PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL**

Art. 19 - O Município, no limite de sua competência, elaborará normas e padrões e definirá critérios e parâmetros de interesse local concernentes ao meio ambiente, observados, contudo, aqueles estabelecidos na legislação federal e estadual.

§ 1º - As normas, padrões, critérios e parâmetros a que se refere o "caput" serão submetidos à aprovação do CODEMA, que os estabelecerá através de deliberação normativa.

§ 2º - Para subsidiar a decisão do CODEMA, os instrumentos de que trata o artigo deverão ser instruídos com pareceres técnico e jurídico do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

#### **SEÇÃO II** **DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES** **Subseção I**



## Das Normas Gerais Relativas ao Licenciamento Ambiental

~~Art. 20 - Dependerá de licenciamento ambiental integral, a ser concedido pelo CODEMA, a construção, instalação, ampliação, modificação ou o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, classificados como de grande e médio porte mediante deliberação normativa daquele Conselho, bem como os definidos pela legislação federal e estadual, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. (Redação original).~~

Art. 20 - Dependerá de licenciamento ambiental, a ser concedido pelo CODEMA, a construção, instalação, ampliação, modificação ou o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, classificadas como de grande, médio e pequeno porte, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 1, de 22 de março de 1990, bem como as que vierem a ser definidas pela legislação federal e estadual, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. (Art. 20 com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).

~~§ 1º - Excluem-se do licenciamento a que refere o "caput" os empreendimentos e atividades classificados como de pequeno porte mediante ato normativo do CODEMA, sujeitando-se, no entanto, ao licenciamento ambiental simplificado, com procedimento estabelecido através de Deliberação Normativa do CODEMA, e licenciamento a ser concedido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente. (Redação original).~~

§ 1º - Excluem-se do licenciamento a que se refere o caput as atividades e empreendimentos não listados na Deliberação Normativa COPAM nº 1, de 22 de março de 1990, de pequeno potencial de impacto poluidor, assim definidas mediante ato normativo do CODEMA, sujeitando-se, no entanto, ao licenciamento ambiental simplificado, a ser concedido pelo titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente. (Parágrafo 1º do art. 20 com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002)

§ 2º - No caso de atividades e empreendimentos de impacto existentes ou em fase de implantação na data da publicação da Lei nº 3.274, de 20 de dezembro de 1999, o licenciamento ambiental visará a regularização e a adequação das atividades exercidas aos padrões e normas em vigor, mediante competente processo de licenciamento corretivo.

§ 3º - O estabelecimento dos empreendimentos e atividades que estarão sujeitos ao licenciamento ambiental obedecerá, ainda, o que dispuser o convênio de municipalização do licenciamento a ser firmado entre o Município com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, com a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, com o Instituto Estadual de Florestas - IEF, e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, na forma da Deliberação Normativa COPAM Nº 029, de 9 de setembro de 1998.

Art. 21 - A análise técnica dos estudos para concessão de licenciamento ambiental será feita pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, que solicitará ao empreendedor, quando for o caso, a apreciação das demais instituições públicas municipais para a análise de aspectos e temas atinentes às suas competências institucionais.

Parágrafo único - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente procederá à análise do licenciamento ambiental somente daqueles projetos que atendam à legislação urbanística.

Art. 22 - São instrumentos de controle do procedimento de licenciamento ambiental de fontes poluidoras:

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II- Licença de Instalação (LI), autorizando a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO), autorizando a operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Art. 23 - A concessão de licenciamento em desacordo com a Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999, este Regulamento e as demais normas específicas em vigor, acarretará a instauração de inquérito administrativo para a apuração da responsabilidade do agente do Poder Público Municipal, sendo dever de ofício do servidor público competente determinar a sua instauração e faculdade de qualquer cidadão requerer a apuração de responsabilidade.

Parágrafo único - A liberação de recursos em virtude de concessão de incentivos fiscais ou financeiros pelo Município dependerá da apresentação, pelo beneficiário, do certificado do licenciamento referido no "caput" e §§ 1º e 2º do artigo 20, conforme for o caso.

Art. 24 - O licenciamento ambiental dar-se-á mediante o competente processo administrativo destinado a avaliar as condições ambientais de atividades e empreendimentos de impacto nas suas etapas de concepção, implantação, operação, modificação e ampliação.

Parágrafo único - O licenciamento ambiental deverá anteceder à instalação, modificação, ampliação e funcionamento das atividades e empreendimentos a que se refere o "caput", salvo a hipótese prevista no § 2º do artigo 20 deste Decreto.

Art. 25 - É facultado ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente determinar, de forma fundamentada, se necessário e sem

prejuízo das sanções pecuniárias cabíveis, a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos, dentre outros, nas condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

Art. 26 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente se concertará com os outros órgãos competentes no que se refere à expedição de alvará de localização e licença de construção e funcionamento ou de qualquer outra licença, tendo em vista as licenças ambientais exigíveis.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades da administração municipal somente aprovarão projeto de implantação ou ampliação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores após o licenciamento ambiental a que se refere o artigo 20, "caput" e seus §§ 1º e 2º, conforme o caso, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.

Art. 27 - O reembolso dos custos de análise do pedido de licenciamento será procedido na forma da Deliberação Normativa COPAM Nº 1/90.

Parágrafo único - Os valores a serem pagos pelos requerentes de licença ambiental serão fixados através de regulamentação específica.

Art. 28 - Os estudos necessários para o processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscreverem os estudos previstos no "caput" deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

~~Art. 29 - O licenciamento ambiental terá como condicionante a regularização do parcelamento do solo junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. (Redação original).~~

Art. 29 - A concessão de Licença Prévia (LP), para empreendimentos em que haja arruamento, e ou desmembramento e ou parcelamento do solo, será precedida de declaração da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, atestando que o arruamento, e ou desmembramento, e ou parcelamento do solo está de acordo com as Lei nº 1744, de 22 de agosto de 1986 e nº 2.963, de 04 de dezembro de 1996 e demais regulamentos pertinentes do Município. *(Art. 29 com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).*

Art. 30 - O CODEMA ou o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, conforme o caso, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação ambiental, suspender ou cancelar uma licença ambiental expedida quando ocorrer situações tais como as listadas a seguir:

I - violação ou descumprimento de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a concessão da licença;

III - superveniência de riscos ambientais e de saúde;

IV - não apresentação de esclarecimentos ou informações complementares que se fizerem necessárias após o processo de licenciamento ambiental.

Parágrafo único - Da suspensão ou cancelamento da licença ambiental caberá recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade superior, na forma das Subseções II e III, adiante.

Art. 31 - A instalação, ampliação ou funcionamento de atividades e empreendimentos de impacto sem o devido licenciamento ambiental acarretará a imediata suspensão das atividades até que o CODEMA ou o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente delibere sobre o licenciamento ambiental, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções legais previstas.

Parágrafo único - A aplicação de quaisquer sanções não isenta o empreendedor da obrigatoriedade de licenciamento ambiental e do atendimento às exigências do CODEMA ou do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 32 - O CODEMA expedirá normas complementares ao processo de licenciamento ambiental no Município, observada a legislação federal, estadual e municipal em vigor.

§ 1º - A localização, instalação e operação de antenas de telecomunicações no Município será regulada pelo CODEMA através de Deliberação Normativa.

§ 2º - Na ausência de critérios municipais próprios, a análise e a expedição de licenças serão realizadas em observância de critérios constantes da legislação federal e estadual em vigor.

## **Subseção II**

### **Do Licenciamento Ambiental Integral**

~~Art. 33 - O licenciamento ambiental integral destina-se às atividades e empreendimentos classificadas como de grande e médio porte, mediante a outorga das três licenças ambientais consecutivamente, Licença Prévia (LP), Licença de Implantação (LI) e Licença de Operação (LO). (Redação original).~~

Art. 33 - O licenciamento ambiental integral destina-se às atividades e empreendimentos classificadas como de grande, médio e pequeno porte, mediante a outorga das três licenças ambientais consecutivamente, Licença Prévia (LP), Licença de Implantação (LI) e Licença de Operação (LO). *(Art. 33 com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).*

Parágrafo único - A concessão da Licença para os empreendimentos e atividades referidos no "caput" será feita através de certificado expedido pelo CODEMA, a requerimento do interessado, atestatório de que, do ponto de vista da proteção do meio ambiente, o empreendimento ou atividade está em condições de ter prosseguimento.

Art. 34 - A Licença Prévia será concedida pelo CODEMA mediante requerimento do interessado, o qual conste em anexo a seguinte documentação:

I - declaração da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação informando que o local e o tipo de instalação estão conforme as leis e regulamentos administrativos do Município;

II - preenchimento do Formulário de Caracterização de Empreendimento fornecido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

III - apresentação, quando for o caso, do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, ou Plano de Controle Ambiental - PCA e Relatório de Controle Ambiental - RCA;

IV - cópia de recolhimento dos custos de análise do licenciamento;

V - certidão negativa de débito financeiro de natureza ambiental, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º - O CODEMA ou o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá exigir a apresentação de informações técnicas complementares julgadas necessárias à análise do projeto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, estando sujeito, o requerente do licenciamento, às sanções previstas neste Decreto, na hipótese de sonegar quaisquer dados ou informações ou prestar informações falsas.

§ 2º - Em decorrência da análise do EIA/RIMA, o CODEMA poderá exigir do responsável a intervenção pública que se faça necessária na área do empreendimento, para sua melhor adequação à proteção ambiental.

§ 3º - O CODEMA não concederá a Licença de Instalação quando houver indício ou evidência de que ocorrerão lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo, em desacordo com os padrões estabelecidos em deliberações normativas.

Art. 35 - O CODEMA poderá conceder a Licença de Operação a título precário, com validade máxima de seis meses, nos casos em que for necessário o funcionamento ou operação da fonte para teste de eficiência do sistema de controle de poluição do meio ambiente.

Art. 36 - A Licença de Operação não será concedida quando não forem cumpridos os requisitos feitos por ocasião da expedição da Licença de Instalação, ou quando houver indício ou evidência de liberação ou lançamento de poluentes nas águas, no ar e no solo, não contemplado nas medidas mitigadoras do Estudo de Impacto Ambiental apresentado.

~~Art. 37 - Das decisões do CODEMA concernentes ao licenciamento ambiental integral caberá recurso administrativo ao Prefeito Municipal.~~

~~§ 1º - O recurso ao Prefeito Municipal será interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de ciência da decisão do CODEMA.~~

~~§ 2º - É irrecorrível administrativamente a decisão do Prefeito Municipal acerca do licenciamento ambiental referido no "caput" deste artigo. (Artigo 37 revogado pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).~~

### **Subseção III**

#### **Do Licenciamento Ambiental Simplificado**

~~Art. 38 - O licenciamento ambiental simplificado será feito através de certificado expedido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e destina-se às atividades e empreendimentos classificadas como de pequeno porte. (Redação original).~~

Art. 38 - O licenciamento ambiental simplificado será efetivado através de certificado expedido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e destina-se às atividades e empreendimentos classificadas como de pequeno potencial de impacto poluidor. (Artigo 38 com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).

§ 1º - O licenciamento ambiental simplificado prescinde da outorga da Licença Prévia (LP) e obedecerá ao disposto na subseção anterior quanto à análise e concessão das Licenças de Instalação (LI) e de Operação (LO).

~~§ 2º - O CODEMA definirá, mediante deliberação normativa, as atividades e empreendimentos classificadas como de pequeno porte que, em virtude de sua natureza, serão também dispensadas da outorga da Licença de Instalação (LI), às quais exigirá-se, no entanto, a obtenção da Licença de Operação (LO). (Redação original).~~

§ 2º O CODEMA definirá, mediante deliberação normativa, as atividades e empreendimentos classificados como de pequeno potencial de impacto poluidor que, em virtude de sua natureza, serão também dispensados da outorga da Licença de Instalação (LI), às quais exigirá-se, no entanto, a obtenção da Licença de Operação (LO). (Parágrafo 2º com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).

§ 3º - Para os fins do parágrafo anterior, as atividades e empreendimentos deverão apresentar o documento Informações Ambientais Simplificadas - IAS, conforme modelo a ser estabelecido pelo CODEMA mediante deliberação normativa.

Art. 39 - Das decisões do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente concernentes ao licenciamento ambiental simplificado caberá recurso administrativo ao CODEMA.

~~§ 1º - O recurso ao CODEMA será interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da ciência da decisão do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente. (Redação original).~~

§ 1º - O recurso ao CODEMA será interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da decisão do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente. (Parágrafo 1º com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).

§ 2º - É irrecorrível administrativamente a decisão do CODEMA acerca do licenciamento ambiental simplificado.

#### **Subseção IV Do Licenciamento Ambiental Corretivo**

Art. 40 - O licenciamento ambiental corretivo destina-se às atividades e empreendimentos que comprovadamente se encontravam em operação ou em fase de implantação na data da publicação da Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999.

§ 1º - As atividades e empreendimentos a que se refere o "caput", serão convocadas para registro no Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, individualmente, mediante notificação pessoal a ser enviada através de correspondência com aviso de recebimento - AR, ou por classes ou categorias de empreendimento, através de publicação no Diário Oficial do Município, ou na sua falta em jornal local de grande circulação, visando seu enquadramento nas normas vigentes e obtenção de Licença de Operação (LO), na forma prevista neste Regulamento e nas normas complementares.

§ 2º - O Órgão Executivo Municipal do Meio Ambiente exigirá a apresentação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, como estabelecido no Art. 225 § 2º da Constituição Federal, e em outros casos de sua competência quando julgar necessário.

Art. 41 - A Licença de Operação (LO) referida no § 1º do artigo anterior, será outorgada pelo CODEMA para as atividades e empreendimentos classificadas como de grande e médio porte, e pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, para as atividades e empreendimentos classificadas como de pequeno porte.

Art. 42 - Das decisões do CODEMA ou do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente concernentes ao licenciamento ambiental corretivo caberá recurso administrativo à autoridade superior, na forma estabelecida nas Subseções II e III, acima.

#### **Subseção V Da Publicação**

Art. 43 - O pedido de licenciamento em qualquer uma de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no órgão de imprensa oficial do Estado ou do Município e em periódico local de grande circulação.

Art. 44 - O pedido de concessão ou renovação de licença será encaminhado para publicação no órgão de imprensa oficial pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, no prazo de dez dias contados da data de apresentação do requerimento, acompanhado dos documentos necessários.

§ 1º - O pedido de licença cuja análise seja condicionada à apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial referido no artigo anterior, de acordo com o modelo de publicação a ser definido pelo CODEMA, através de deliberação normativa.

§ 2º - O pedido cuja análise não seja condicionada à apresentação de EIA e RIMA deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, com os seguintes dados:

- I - nome do requerente;
- II - número do processo;
- III - modalidade da licença requerida;
- IV - tipo de atividade que se pretende desenvolver;
- V - localização da atividade a ser desenvolvida.

Art. 45 - A concessão, renovação e indeferimento da licença requerida serão encaminhados para publicação no órgão de imprensa oficial, pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, no prazo de dez dias contados da data da decisão, com os seguintes dados:

- I - nome do requerente;
- II - número do processo;
- III - modalidade da licença requerida;
- IV - tipo de atividade;
- V - localização da atividade;
- VI - prazo de validade da licença, com seus condicionantes.

Parágrafo único - Na hipótese de concessão de Licença de Operação corretiva, a publicação deverá mencionar, ainda, a condição referente ao cumprimento do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Informações Ambientais Simplificadas - IAS, conforme o caso.

Art. 46 - A publicação do pedido de concessão ou de renovação de licença em periódico local de grande circulação será providenciada pelo requerente no prazo de dez dias contados da publicação, nos termos do artigo 44, no órgão de imprensa oficial.

Parágrafo único - A publicação a que se refere o "caput" será feita no primeiro caderno do jornal, em corpo 7 (sete) ou superior, de acordo com os modelos a serem definidos pelo CODEMA, através de deliberação normativa.

Art. 47 - O requerente de licenciamento ambiental deverá comprovar a publicação dos pedidos a que se refere o artigo anterior através de cópia reprográfica extraída do periódico, que deverá ser protocolada no Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - Não será encaminhado a exame e decisão o pedido de concessão ou renovação de licença desacompanhado do comprovante de publicação ou publicado em desconformidade com as normas expressas neste Decreto.

Art. 48 - Cabe ao requerente providenciar a publicação da concessão ou renovação de licença, no prazo de dez dias contados da ciência da decisão, em periódico local de grande circulação.

§ 1º - A publicação a que se refere o "caput" deverá obedecer ao disposto no artigo 46, parágrafo único, e seguirá os modelos a serem definidos pelo CODEMA, através de deliberação normativa.

§ 2º - A comprovação da publicação de concessão ou de renovação da licença será feita pelo interessado através do procedimento descrito no artigo anterior, sob pena de revogação da licença.

Art. 49 - As despesas realizadas pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente para as publicações acima referidas, no órgão de imprensa oficial, serão custeadas pelo requerente de licença ambiental, quando do requerimento de concessão ou renovação da licença.

#### **Subseção VI Da Audiência Pública**

Art. 50 - O CODEMA, e o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente acompanharão as audiências públicas promovidas pelos Órgãos estaduais e federais na forma do Art. 11, § 2º da Resolução CONAMA N° 001, de 23 de Janeiro de 1986 para discussão dos processos de instalação, modificação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades poluidoras.

~~§ 1º - O CODEMA e o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, quando lhe couberem, promoverão audiência pública visando a participação da comunidade e do empreendedor na discussão dos processos de instalação, modificação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades poluidoras. (Redação original).~~

§ 1º - O CODEMA e o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, quando lhe couberem, promoverão audiência pública, às expensas do empreendedor, visando a participação da comunidade e do empreendedor na discussão dos processos de instalação, modificação, ampliação e do funcionamento de empreendimentos e atividades poluidoras. (Parágrafo 1º com redação dada pelo Decreto n° 18638, de 17/6/2002).

§ 2º - O procedimento da audiência pública que couber ao Município será definido pelo CODEMA.

### SEÇÃO III DAS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

~~Art. 51 - As Áreas de Interesse Ambiental do Município de Betim são as constantes da Lei nº 2.963, de 04 de dezembro de 1996 - Plano Diretor do Município de Betim, sendo as seguintes: (Redação original).~~

Art. 51 - As Áreas de Interesse Ambiental do Município de Betim são as constantes do Plano Diretor vigente do Município de Betim. (Art. 51 com redação dada pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).

~~I - Áreas de Interesse Ambiental I - AIA I: são as áreas necessárias à preservação de mananciais para abastecimento de água, em especial a Bacia Hidrográfica de Várzea das Flores;~~

~~II - Áreas de Interesse Ambiental II - AIA II: são as áreas de proteção de recursos naturais e paisagísticos, tais como solo, nascentes e cursos de água e proteção da flora e fauna;~~

~~III - Áreas de Interesse Ambiental III - AIA III: são as áreas que apresentam riscos à segurança e ao assentamento humano;~~

~~IV - Áreas de Interesse Ambiental IV - AIA IV: são as áreas destinadas a parques urbanos. (Incisos I, II, III e IV revogados pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).~~

~~§ 1º - As Áreas de Interesse Ambiental - AIAs, seguem o disciplinado nos Artigos 20 e 23 da Lei Nº 2.963 de 04 de Dezembro de 1996, modificada pela Lei 3.286 de 23 de Dezembro de 1999, e ainda a Lei de Uso e Ocupação do Solo. (Redação original).~~

§ 1º - As Áreas de Interesse Ambiental - AIAs - seguem o disciplinado pelo Plano Diretor vigente do Município de Betim. (Parágrafo 1º com redação dada pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).

~~§ 2º - As Áreas de Interesse Ambiental - AIAs, terão seu uso e ocupação do solo definidas em lei específica, ou na lei própria que a criar individualmente, na forma do § 1º do Art. 23 da Lei 2.963 de 04 de Dezembro de 1996. (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).~~

~~§ 3º - As Áreas de Interesse Ambiental - AIAs II, III e IV, já definidas de forma ampla na Lei 2.963 e delimitadas em seus anexos, após estudos técnicos que forneçam subsídios para determinação de uso apropriado, terão sua criação de forma individualizada, por Decreto do Poder Público Municipal, respeitado o disposto no Art. 30 da Lei 3274 de 20 de Dezembro de 1999. (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).~~

Art. 52 - A Área de Interesse Ambiental I, correspondente à Bacia Hidrográfica de Várzea das Flores, é disciplinada pela Lei nº 3263, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 53 - Consideram-se de preservação permanente e integrantes das Áreas de Interesse Ambiental II, as formas de vegetação situadas:

I - ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja de:

- a) 30 (trinta) metros para os cursos d'água que tenham menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) metros de largura;
- e) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água cuja largura seja superior a 600 (seiscentos) metros.

II - ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto, medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima seja de:

- a) 50 (cinquenta) metros para os que estejam situados em áreas urbanas;
- b) 100 (cem) metros para os que estejam em área rural, exceto os corpos d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- c) 200 (duzentos) metros para as represas hidrelétricas.

III - no topo de morros, montes, montanhas e serras;

IV - nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

V - nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45° (quarenta e cinco graus), equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.

Parágrafo único - As áreas de que tratam os incisos I a V deste artigo são consideradas como áreas "non aedificandi", sendo que serão permitidas transposições do sistema viário e outras obras de infra-estrutura urbana, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 55 - Poderão ser declaradas de preservação permanente por ato do Poder Público e integrantes das Áreas de Interesse Ambiental II, as formas de vegetação bem como as áreas verdes de loteamentos consideradas de interesse para a preservação dos ecossistemas e as que visem a:

- I - atenuar a erosão das terras;
- II - formar as faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

III - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

IV - asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;

V - assegurar condições de bem-estar público.

Art. 56 - Nas Áreas de Interesse Ambiental II ficam proibidas:

I - a realização de atividades que possam colocar em risco os mananciais;

II - a realização de atividades capazes de provocar erosão, assoreamento, contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, poluição atmosférica ou descaracterização significativa da paisagem;

III - a realização de atividades que ameacem as espécies da biota regional ou local;

IV - a supressão total ou parcial de matas ciliares e/ou formações de matas naturais;

~~V - o parcelamento com lotes inferiores a 10.000,00 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados);~~ *(Redação original).*

V - o parcelamento com lotes inferiores a 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados); *(Inciso V com redação dada pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).*

~~VI - o parcelamento para uso residencial multifamiliar;~~ *(Inciso revogado pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).*

~~VII - a instalação de indústrias classificadas como incômodas, conforme a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Betim.~~ *(Redação original).*

VII - a instalação de indústria em desacordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município. *(Inciso VII com redação dada pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).*

Art. 57 - Nas Áreas de Interesse Ambiental II serão permitidas obras que visem a melhoria e/ou adequação de suas condições ambientais, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 58 - Nas Áreas de Interesse Ambiental II a taxa de impermeabilização máxima permitida é de 20% (vinte por cento).

Art. 59 - O Poder Público poderá transformar em parques a totalidade ou parte das Áreas de Interesse Ambiental II, desde que ofereçam condições para tal e sejam consideradas de real necessidade no sentido de assegurar o bem-estar público.

~~Art. 60 - As Áreas de Interesse Ambiental III são consideradas "non aedificandi", à exceção daquelas onde as obras de infra-estrutura urbana se mostrem necessárias.~~ *(Redação original).*

Art. 60 - As Áreas de Interesse Ambiental III são consideradas non aedificandi, à exceção daquelas onde as obras de infraestrutura urbana se mostrem necessárias ou, mediante laudo emitido por responsável técnico, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, que comprove a possibilidade de ocupação da área, bem como a anuência do órgão municipal competente. *(Art. 60I com redação dada pelo Decreto nº 31532, de 23/3/2012).*

Art. 61 - As Áreas de Interesse Ambiental IV são aquelas destinadas a unidades de conservação a serem estabelecidas pelo Poder Público.

Art. 62 - O Poder Público, após estudos das Áreas de Interesse Ambiental, poderá declará-las como unidades de conservação, na forma do inciso III do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal.

#### **SEÇÃO IV DAS RESERVAS PARTICULARES ECOLÓGICAS**

Art. 63 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá requerer ao Executivo, através do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, que institua Reserva Particular Ecológica - RPE no imóvel urbano de sua propriedade, por reconhecê-lo como de valor ecológico, total ou parcialmente.

Parágrafo único - Somente poderá ser reconhecido como Reserva Particular Ecológica o imóvel particular urbano onde sejam identificadas condições naturais primitivas, semi-primitivas, recuperadas ou cujas características justifiquem ações de recuperação, pelo aspecto paisagístico, ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da fauna ou da flora nativas do Brasil.

Art. 64 - O técnico ambiental designado pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, após vistoriar o imóvel, emitirá laudo circunstanciado, contendo, obrigatoriamente, além de outras informações que reputar necessárias, as seguintes:

I - descrição da área, compreendendo a tipologia da vegetação, a paisagem, a hidrologia e o estado de conservação;

II - relação das principais atividades desenvolvidas no local, classificando-as conforme sua compatibilidade com a instituição da RPE;

III - indicação das eventuais pressões potenciais degradadoras do ambiente existente no local;

IV - conclusão opinativa sobre a conveniência e a necessidade do acolhimento ou não do requerimento, bem como sobre a extensão do imóvel que se deva reconhecer como RPE.

Art. 65 - Após a emissão do laudo referido no artigo anterior, será emitido parecer jurídico acerca do cumprimento dos preceitos estabelecidos neste Capítulo e da viabilidade jurídica da instituição da RPE.

Art. 66 - O imóvel será reconhecido como RPE mediante decreto do Executivo, após parecer prévio favorável do CODEMA, aprovado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, e a assinatura do competente Termo de Compromisso.

Art. 67 - A minuta do Termo de Compromisso de que trata o artigo anterior será elaborada previamente e em comum acordo pelo Executivo e pelo proprietário do imóvel, obedecidas as prescrições legais pertinentes, devendo conter, obrigatoriamente, cláusulas sobre:

I - prazo de vigência, nunca inferior a 20 (vinte) anos e, preferencialmente, em caráter perpétuo;

II - abertura ou não da RPE ao público, estabelecendo as regras a serem obedecidas, em caso positivo;

III - a abertura das RPEs ao público, será restrita à visitação com objetivos ecoturísticos, recreativos e educacionais

IV - as hipóteses de rescisão antecipada do Termo de Compromisso, sempre fundadas em interesse público relevante e descumprimento de cláusulas intransigíveis por força de lei;

V - cláusula penal em valor não inferior a R\$1.133,00 (um mil cento e trinta e três reais) reajustada pelo IPCA/IBGE, aplicada em caso de rescisão antecipada por inadimplemento.

Parágrafo único - Após a celebração do Termo de Compromisso não será necessária a aquiescência do proprietário do imóvel para a realização das hipóteses dos incisos II e III deste artigo, quando tiverem sido permitidas, sendo possível, a qualquer tempo, o aditamento que modifique as finalidades nelas previstas.

Art. 68 - Deferido o requerimento, o proprietário do imóvel objeto da RPE será intimado a assinar o Termo de Compromisso acertado na forma do artigo anterior, após o que será publicado o competente decreto.

Art. 69 - Caberá ao proprietário do imóvel, após a instituição da RPE:

I - averbar o Termo de Compromisso e o decreto respectivo na matrícula do imóvel existente no Cartório de Registro de Imóveis onde o mesmo encontra-se registrado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação do referido decreto, sob pena de, não o fazendo, ser revogado o ato de reconhecimento da RPE, sem prejuízo do disposto no § 3º do artigo 72 deste Decreto;

II - divulgar a condição do imóvel de RPE mediante a colocação e manutenção, nas vias de acesso à região onde o imóvel se encontra e nos limites de sua área, de placas indicativas desta situação.

§ 1º - As placas previstas no inciso II deste artigo serão fornecidas pelo Município e deverão conter, obrigatoriamente, advertência contra o desmatamento ou a queimada da área, a caça, a pesca, a apanha ou captura de animais no interior da RPE, e contra quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar o meio ambiente local.

§ 2º - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente estabelecerá as dimensões, o material, a forma e o conteúdo exato das placas indicativas de que trata o parágrafo anterior, bem como os locais onde deverão ser colocadas e mantidas.

Art. 70 - As autoridades públicas dispensarão à RPE a mesma proteção assegurada pela legislação vigente às áreas de preservação permanente, sem prejuízo do direito de propriedade, que deverá ser exercido por seu titular em defesa da RPE, sob a orientação e apoio do Executivo.

Parágrafo único - No exercício das atividades de fiscalização, monitoramento e orientação à RPE, o Município poderá firmar convênio de colaboração com entidades privadas, com a anuência do proprietário do imóvel onde ela se localiza.

Art. 71 - A alteração das características da área e a intervenção de terceiros no local, inclusive para a realização de pesquisas, dependerão de prévia aprovação, pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, de requerimento fundamentado e instruído com projeto detalhado do que se pretende fazer.

Parágrafo único - A autorização de que trata este artigo somente poderá ser concedida quando os atos pretendidos não afetarem as características do imóvel que justificaram seu reconhecimento como RPE.

Art. 72 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá, a qualquer tempo, promover vistoria na RPE, independente de notificação prévia.

§ 1º - Constatada qualquer irregularidade, far-se-á notificação ao proprietário para que ele a cesse ou faça cessar.

§ 2º - O infrator deverá reparar o dano causado no prazo determinado pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, nos termos do laudo técnico respectivo.

§ 3º - Persistindo a ação ou omissão nociva, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente determinará as soluções necessárias, cobrando do infrator as despesas que tiver e aplicando-lhe as sanções previstas neste Decreto.

§ 4º - Quando o infrator for o proprietário do imóvel reconhecido como RPE, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá substituir a sanção referida no parágrafo anterior pela rescisão do Temo de Compromisso, obedecidos os preceitos dos incisos IV e V do artigo 67 deste Decreto.

Art. 73 - O Poder Executivo poderá estabelecer, através de leis específicas, programas de incentivo à manutenção das áreas reconhecidas como RPEs, tais como a isenção do Imposto sobre A Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU para referidas áreas.

## SEÇÃO V DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 74 - Ao Município, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, incumbe definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Parágrafo único - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente promoverá ações de educação ambiental integradas aos programas de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente.

Art. 75 - São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais, locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 76 - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação com outros municípios, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Art. 77 - Para o cumprimento do disposto no art. 37 da Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos descritos nos artigos 75 e 76 deste Decreto, bem como as normas relativas à Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecidas na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Art. 78 - Para a plena execução da política de educação ambiental, o Município poderá celebrar convênios com universidades, entidades ambientalistas e outros que permitam o bom desenvolvimento dos trabalhos.

#### **CAPÍTULO V** **DO TRANSPORTE DE PRODUTOS E RESÍDUOS PERIGOSOS**

Art. 79 - O transporte de produtos e resíduos perigosos no Município obedecerá ao disposto na Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999 e neste Regulamento, bem como na legislação federal e estadual pertinente, inclusive as normas técnicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Parágrafo único - São considerados produtos e resíduos perigosos:

I - as substâncias relacionadas na Portaria nº 204, de 20 de maio de 1997, do Ministério dos Transportes;

II - as substâncias com potencialidade de danos ao meio ambiente, à saúde e segurança públicas, de acordo com inventário e classificação a serem elaborados pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

III - aquelas que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, podem apresentar riscos à saúde e segurança públicas e ao meio ambiente, ou ainda os inflamáveis, corrosivos, reativos e tóxicos ou patogênicos, conforme definido na NBR 10.004/87 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

IV - aquelas classificadas nos Grupos A, B e C da Resolução CONAMA nº 5, de 5 de agosto de 1993.

Art. 80 - As empresas que fabricam, transportam, manuseiam ou armazenam produtos perigosos no Município deverão cadastrar-se junto ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - As empresas que já operam no Município deverão ser cadastradas no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação deste Decreto.

Art. 81 - Depende da prévia autorização, a ser expedida pela Empresa Municipal de Transporte e Trânsito - TRANSBETIM, a

circulação de veículo transportador de produtos e/ou resíduos perigosos nas vias urbanas do Município.

§ 1º - A autorização deverá indicar o itinerário a ser seguido pelo veículo transportador de produtos e/ou resíduos perigosos, bem como o horário de execução da operação de transporte, de forma a evitar a circulação do mesmo em vias de grande concentração de pessoas ou veículos e em horários de grande intensidade de tráfego.

§ 2º - O reabastecimento de combustível somente poderá ser realizado nos postos previamente indicados na descrição do itinerário, devendo o veículo estar freado, com as rodas calçadas e o motor e circuitos elétricos desligados.

§ 3º - A autorização para o transporte contínuo de produtos e/ou resíduos perigosos, destinados às atividades das empresas instaladas no Município, ou delas originados, poderá ser concedida pelo prazo de até seis meses.

§ 4º - Não necessitam da prévia autorização referida no "caput":

I - os veículos transportadores de gases liquefeitos de petróleo e de combustíveis para motores, inclusive derivados de petróleo, exceto os cavalos mecânicos, quando circulando em vias sob jurisdição do Município;

II - os veículos transportadores de gases medicinais;

III - os veículos transportadores de produtos cuja quantidade não ultrapasse o limite de isenção, observando-se o estabelecido na Portaria nº 204, de 20 de maio de 1997, do Ministério dos Transportes, até a definição de critérios próprios de isenção em regulamento específico;

IV - os veículos transportadores de produtos com conteúdo radioativo igual ou inferior aos valores básicos de atividades estabelecidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

§ 4º - Quando necessário o acompanhamento de batedores ou a interdição de vias para a circulação de veículos que transportem produtos e/ou resíduos perigosos, a TRANSBETIM deverá articular-se com a Polícia Militar, podendo também ser exigido acompanhamento técnico especializado.

Art. 82 - O requerimento de autorização para transporte de produtos e/ou resíduos perigosos deverá ser feito pelo transportador à TRANSBETIM, através do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis em relação à sua realização, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

§ 1º - A concessão ou não da autorização referida no artigo anterior, bem como a definição de itinerário, horário e demais critérios definidos neste Capítulo para o transporte de produtos e/ou resíduos perigosos, deverão ser comunicados ao transportador, com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à realização da operação de transporte.

§ 2º - Quando do requerimento, o transportador deverá apresentar os seguintes documentos e dados:

I - documentação fiscal do produto transportado, contendo as seguintes informações:

- a) origem;
- b) destino;
- c) número e nome apropriado para embarque, classe e, quando for o caso, subclasse à qual o produto pertence, segundo classificação da Organização das Nações Unidas - ONU;
- d) quantidade transportada.

II - declaração assinada pelo expedidor de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento e transporte;

III - orientação do fabricante do produto quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, acidente ou avaria;

IV - tipo e característica do veículo;

V - itinerário, data e horário pretendidos;

VI - certidão expedida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, atestando a manutenção adequada do veículo para transportes a granel de produtos e/ou resíduos perigosos;

VII - nome e telefone de contato do técnico responsável pela operação;

VIII - relação dos motoristas habilitados pertencentes aos quadros da empresa, responsáveis pela condução dos veículos transportadores de produtos e/ou resíduos perigosos.

§ 3º - Após manifestar-se sobre as características do produto e sobre os riscos que pode oferecer à saúde humana e animal, à segurança pública e ao meio ambiente, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente enviará o requerimento à TRANSBETIM, para as providências cabíveis.

Art. 83 - As empresas transportadoras dos gases e produtos de que trata o § 3º do artigo 81 deste Decreto deverão requerer ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente licença para carga, descarga e transporte pelo prazo de 6 (seis) meses, estando a renovação condicionada ao desempenho ambiental satisfatório da empresa.

§ 1º - As empresas definidas no "caput" que operem no Município na data de publicação deste Decreto deverão requerer a licença no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º - A licença referida no "caput", quando concedida para empresa que transporta gases liquefeitos de petróleo e combustíveis para motores, inclusive derivados de petróleo, não alcançará o transporte feito por cavalo mecânico.

Art. 84 - Ficam proibidos a circulação e o estacionamento de veículos de transporte de produtos e/ou resíduos perigosos na área central do Município, bem como nas vias definidas pelo Executivo Municipal.

§ 1º - Poderá haver exceção à proibição de que trata o "caput" desde que verificada a necessidade ou urgência, devidamente justificadas, e observados os procedimentos indicados nos artigos 81 e 82.

§ 2º - Exclui-se da proibição definida no "caput" a circulação de veículos que transportem produtos e/ou resíduos referidos no § 3º do artigo 81 deste Decreto, observados os critérios e limites estabelecidos naquele dispositivo.

Art. 85 - Os veículos transportadores de produtos e/ou resíduos perigosos, quando não carregados, só poderão circular no Município após a devida descontaminação em locais credenciados pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, em conjunto com a TRANSBETIM.

Parágrafo único - O credenciamento referido no "caput" será feito a partir de requerimento a ser encaminhado pelo interessado ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 86 - Em caso de acidente, avaria ou outro fato que obrigue a paralisação do veículo transportador de produtos e/ou resíduos perigosos, o condutor adotará medidas de segurança adequadas ao risco correspondente a cada produto transportado, dando conhecimento imediato à Superintendência Municipal de Defesa Civil, ao Corpo de Bombeiros, ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e a TRANSBETIM - Empresa Municipal de Transporte e Trânsito.



## **CAPÍTULO VI** **DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE AMBIENTAIS**

### **SEÇÃO I** **DA POLUIÇÃO SONORA** **Subseção I** **Das Definições**

Art. 87 - Para os fins deste Regulamento, aplicam-se as seguintes definições:

I - som: fenômeno físico causado pela propagação de ondas mecânicas em um meio elástico, compreendidas na faixa de frequência de 16 Hz (dezesseis hertz) a 20 KHz (vinte quilohertz) e capaz de excitar o aparelho auditivo humano;

II - ruído: mistura de sons cujas frequências não seguem lei precisa, e que diferem entre si por valores imperceptíveis ao ouvido humano:

a) ruído contínuo: aquele com flutuações de nível de pressão acústica tão pequenas que podem ser desprezadas dentro do período de observação;

b) ruído intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai bruscamente ao nível do ambiente, várias vezes, durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém com o valor constante, diferente daquele do ambiente, seja da ordem de grandeza de um segundo ou mais;

c) ruído impulsivo: aquele que consiste em uma ou mais explosões de energia acústica, tendo cada uma duração menor do que cerca de um segundo;

d) ruído de fundo: todo e qualquer ruído que esteja sendo captado e que não seja proveniente da fonte objeto das medições;

III - vibração: oscilação ou movimento mecânico alternado de um sistema elástico, transmitido pelo solo ou por um meio qualquer;

IV - decibel (dB): unidade de intensidade física relativa ao som;

V - nível de som (dB (A)): intensidade do som, medida na curva de ponderação A, definida na Norma NBR-7731 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

VI - nível de som equivalente (Leq): nível médio de energia sonora (medido em dB (A), avaliada durante um período de tempo de interesse;

VII - distúrbio sonoro e distúrbio por vibração: qualquer ruído ou vibração que:

a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar públicos;

b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;

c) possa ser considerado incômodo;

d) ultrapasse os níveis fixados neste Regulamento;

VIII - limite real da propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica da de outra;

IX - serviço de construção civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura;

X - centrais de serviço: canteiros de manuseio e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;

XI - horários: para fins de aplicação deste Decreto, ficam definidos:

a) diurno: entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas;

b) vespertino: entre 19 (dezenove) e 22 (vinte e duas) horas;

c) noturno: entre 22 (vinte e duas) e 7 (sete) horas.

## **Subseção II**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 88 - Fica proibido perturbar o sossego e o bem-estar públicos através de distúrbios sonoros ou distúrbios por vibrações.

Art. 89 - A detonação de explosivos ou similares em área do Município, depende da apresentação de autorização do Ministério da Defesa, na forma da Lei, e de prévia permissão do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, que se necessário se concertará com os demais órgãos de defesa, transporte e segurança, visando a completa proteção e segurança no local e áreas adjacentes à explosão.

Art. 90 - Os serviços de construção civil da responsabilidade de entidades públicas ou privadas, dependem de autorização prévia do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, quando executados no seguintes horários:

I - domingos e feriados, em qualquer horário;

II - dias úteis, em horário noturno e, em horário vespertino, no caso de atividades de centrais de serviços.

Parágrafo único - Excetua-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, gás, telefone, água, esgoto e sistema viário.

## **Subseção III**

### **Dos Níveis Máximos Permissíveis de Ruídos**

Art. 91 - A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, prestação de serviços, bem como sociais e recreativas, obedecerá aos padrões e critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 92 - Ficam estabelecidos os seguintes limites máximos permissíveis de ruídos:

I - o nível de som proveniente da fonte poluidora, medido dentro dos limites reais da Propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder de 10 (dez) decibéis (dB(A)) o nível do ruído de fundo existente no local;

~~II - independente do ruído de fundo, o nível de som proveniente da fonte poluidora, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os níveis fixados na~~

~~Tabela 1, que é parte integrante deste Decreto. (Inciso II revogado pelo Decreto nº 31832, de 14/5/2012).~~

Parágrafo único - Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo tratar-se de escola, creche, biblioteca pública, cemitério, hospital, ambulatório, casa de saúde ou similar, deverão ser atendidos os limites estabelecidos para a ZR1 independentemente da efetiva zona de uso.

Art. 93 - Quando o nível de som proveniente de tráfego, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, ultrapassar os níveis fixados na Tabela 1, caberá ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente articular-se com os órgãos competentes, visando adoção de medidas para eliminação ou minimização do distúrbio sonoro.

Art. 94 - A medição do nível de som será feita utilizando a curva de ponderação A com circuito de resposta rápida, e o microfone deverá estar afastado, no mínimo, 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, e à altura de 1,2 m (um metro e vinte centímetros) do solo.

Art. 95 - O nível de som medido será função da natureza da emissão, admitindo-se os seguintes casos:

I - ruído contínuo: o nível de som será igual ao nível de som medido;

II - ruído intermitente: o nível de som será igual ao nível de som equivalente ( $L_{eq}$ );

III - ruído impulsivo: o nível de som será igual ao nível de som equivalente mais cinco decibéis ( $L_{eq}+5 \text{ dB(A)}$ ).

Art. 96 - As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar públicos.

Art. 97 - Os equipamentos e o método utilizado para a medição e avaliação dos níveis de som e ruído obedecerão às recomendações da norma NBR-7731 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou às que lhe sucederem.

~~Art. 98 - A emissão de som ou ruído por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos, e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas pelos órgãos federais competentes. (Redação original).~~

Art. 98 - A emissão de som ou ruído por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos, e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas pelos órgãos federais competentes. (Artigo com redação dada pelo Decreto nº 21802, de 23/10/2006).

Parágrafo único - Os sons regulares emitidos durante os intervalos de aulas de instituições de ensino regulamentadas pelo Ministério da Educação e Cultura e os originários de atividades

educacionais, culturais, sócio-recreativas e desportivas realizadas pelo Poder Público ou por entidades sem fins lucrativos não estão abrangidos pelos limites máximos estabelecidos na Tabela I a que se refere o art. 92, Inciso II, Níveis Máximos de Som, em dB (A), que é parte integrante deste Decreto. *(Parágrafo Único com redação dada pelo Decreto nº 21802, de 23/10/2006).*

**SEÇÃO II**  
**DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**  
**Subseção I**  
**Das Definições**

Art. 99 - Para os fins deste Regulamento, aplicam-se as seguintes definições:

I - padrões de qualidade do ar: limites máximos permissíveis de concentração de poluentes na atmosfera;

II - padrões para emissão de efluentes: condições a serem atendidas para o lançamento de poluentes na atmosfera;

III - sistema de ventilação local exaustora: conjunto de equipamentos e dispositivos utilizados para realizar a captação, condução, tratamento e lançamento de efluentes atmosféricos;

IV - sistema de controle da poluição do ar: conjunto de equipamentos e dispositivos destinados à retenção de poluentes, impedindo seu lançamento na atmosfera;

V - incineradores: equipamentos ou dispositivos utilizados com o objetivo de promover a queima de resíduos;

VI - medidas de emergência: conjunto de providências adotadas pelo Executivo Municipal para evitar a ocorrência de episódios críticos de poluição atmosférica, ou impedir a sua continuidade;

VII - episódio crítico de poluição atmosférica: presença de altas concentrações de poluentes na atmosfera em decorrência de condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos mesmos.

**Subseção II**  
**Dos Padrões de Qualidade do Ar**

Art. 100 - Ficam estabelecidos para todo o Município de Betim os seguintes padrões de qualidade do ar:

I - partículas em suspensão:

a) uma concentração média geométrica anual de 80 (oitenta) microgramas por metro cúbico;

b) uma concentração média diária de, no máximo, 240 (duzentos e quarenta) microgramas por metro cúbico e que não deve ser excedida mais de uma vez por ano;

c) método de referência: Método de Amostrador de Grandes Volumes, ou equivalente;

II - dióxido de enxofre:

- a) uma concentração média aritmética anual de 80 (oitenta) microgramas por metro cúbico (0,03 ppm);
- b) uma concentração média diária de, no máximo, 365 (trezentos e sessenta e cinco) microgramas por metro cúbico, que não deve ser excedida mais de uma vez por ano;
- c) método de referência: Método da Pararosanilina ou equivalente;

#### III - monóxido de carbono:

- a) uma concentração média em intervalo de 8 (oito) horas, de no máximo 10.000 (dez mil) microgramas por metro cúbico (9 ppm) e que não deve ser excedida mais de uma vez por ano;
- b) uma concentração média horária de no máximo 40.000 (quarenta mil) microgramas por metro cúbico (35 ppm) e que não deve ser excedida mais de uma vez por ano;
- c) método de referência: Método de Absorção de Radiação Infravermelho não Dispersivo, ou equivalente;

#### IV - oxidantes fotoquímicos:

- a) uma concentração média horária de no máximo 160 (cento e sessenta) microgramas por metro cúbico (0,08 ppm), que não deve ser excedida mais de uma vez por ano;
- b) método de referência: Método da Luminescência Química, ou equivalente.

Parágrafo único - Todas as medidas de qualidade do ar deverão ser corrigidas para temperatura de 25°C (vinte e cinco graus Célsius) e pressão absoluta de 760 mm (setecentos e sessenta milímetros) de mercúrio.

### **Subseção III** **Dos Padrões para Emissão de Efluentes**

Art. 101 - As fontes poluidoras adotarão sistemas de controle de poluição do ar baseados na melhor tecnologia viável para cada caso.

Parágrafo único - A adoção da tecnologia preconizada neste artigo será feita após análise e aprovação pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente do projeto de sistema de controle de poluição, que especifique as medidas a serem adotadas e a redução almejada para a emissão.

Art. 102 - Toda fonte de poluição atmosférica deverá ser provida de sistema de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé ou outro dispositivo técnico adequado.

Parágrafo único - As operações, processos ou funcionamento dos equipamentos de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga e descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser

dispensados das exigências referidas neste artigo, desde que realizados a úmido, mediante processo de umidificação permanente.

Art. 103 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, nos casos em que se fizer necessário, poderá exigir:

I - a instalação e operação de equipamentos de medição com registradores, nas fontes de poluição do ar, para monitoramento das quantidades de poluentes emitidos;

II - que os responsáveis pelas fontes poluidoras construam plataformas e forneçam os requisitos necessários à realização de amostragens em chaminés.

Art. 104 - Nenhum motor a óleo diesel poderá operar no Município emitindo pelo cano de descarga, fumaça com densidade colorimétrica superior ao padrão nº 2 (dois) da Escala de Ringelmann, ou equivalente, por mais de 5 (cinco) segundos consecutivos, exceto para partida a frio.

Art. 105 - Não é permitida, em qualquer hipótese, a queima de lixo ou resíduos ao ar livre.

Art. 106 - Ficam proibidas a instalação e o funcionamento de incineradores domiciliares ou em prédios residenciais e comerciais de quaisquer tipos.

#### **Subseção IV Das Medidas de Emergência**

Art. 107 - O Prefeito Municipal determinará a adoção de medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição do ar no Município, ou para impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo único - Para a execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 108 - O CODEMA apresentará ao Prefeito Municipal proposta de regulamento, especificando os limites que caracterizem os episódios críticos, e o conjunto de medidas a serem adotadas em cada tipo de episódio.

#### **SEÇÃO III DA POLUIÇÃO HÍDRICA**

Art. 109 - A regulamentação, as definições, o estabelecimento de padrões dos corpos d'água, seus limites de contaminação, a classificação dos corpos d'água, seu enquadramento, os padrões para lançamento de efluentes nos corpos d'água, ficam subordinadas a legislação estadual e federal em vigor, em especial a

Resolução CONAMA Nº 20/86, as Deliberações Normativas COPAM Nº 010/86 e 14/95 e as normas pertinentes que lhe sucederem.

**SEÇÃO IV**  
**DA POLUIÇÃO DO SOLO**  
**Subseção I**  
**Das Definições**

Art. 110 - Para fins deste Regulamento, aplicam-se as definições que se seguem:

I - resíduos sólidos: resíduos em qualquer estado da matéria, independentemente de sua destinação ou utilização, resultantes de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição, ficando incluídos os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, os resíduos provenientes de equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como aqueles líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpo d'água;

II - entulhos: resíduos sólidos inertes, não suscetíveis de decomposição biológica, provenientes de construções ou demolições, que possam ser dispostos de forma segura e estável em aterro controlado, sem oferecer risco efetivo ou potencial à saúde humana ou aos recursos ambientais;

III - aterro sanitário: processo de disposição de resíduos sólidos no solo, mediante projeto específico elaborado com a observância de critérios técnicos e da legislação pertinente;

IV - movimento de terra: escavação ou depósito de terra ou entulhos em um terreno, com quaisquer finalidades;

V - logradouro público: designação genérica de locais de uso comum destinados ao trânsito ou permanência de pedestres e veículos tais como rua, avenida, praça, parque, ponte, viaduto e similares.

**Subseção II**  
**Dos Resíduos Sólidos**

Art. 111 - Não é permitido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo resíduos sólidos, sem prévia autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - A utilização do solo como destino final de resíduos potencialmente poluentes deverá ser feita de forma adequada, estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final, aprovados pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, ficando vedada a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Art. 112 - Quando a disposição final dos resíduos sólidos exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 113 - Serão obrigatoriamente incinerados ou submetidos a tratamento especial:

I - resíduos sólidos declaradamente contaminados, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, clínicas, maternidades, ambulatorios, casas de saúde, necrotérios, pronto-socorros, sanatórios, consultórios e congêneres;

II - materiais biológicos, assim considerados: restos de tecidos orgânicos, restos de órgãos humanos ou animais, restos de laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica, animais de experimentação e outros materiais similares;

III - os resíduos sólidos e materiais provenientes de unidades médico-hospitalares, de isolamento, de áreas infectadas ou com pacientes portadores de moléstias infectocontagiosas, inclusive restos de alimentos e os produtos resultantes de lavagem e varredura dessas áreas;

IV - todos os resíduos sólidos ou materiais resultantes de tratamento ou processo diagnóstico que tenham entrado em contato direto com pacientes, tais como: agulhas, seringas descartáveis, curativos, compressas e similares.

§ 1º - As emissões provenientes de incineradores de que trata este artigo deverão ser oxidadas em pós-queimador que utilize combustível gasoso, operando a uma temperatura mínima de 850°C (oitocentos e cinquenta graus Celsius) e com tempo de residência mínimo de 0,8 s (oito décimos de segundo), ou por outro sistema de controle de poluição, de eficiência igual ou superior.

§ 2º - Para fins de fiscalização, o pós-queimador deverá conter dispositivo de medição de temperatura da câmara de combustão, em local de fácil visualização.

§ 3º - As empresas e empreendimentos destinados a incineração de resíduos instaladas ou a se instalarem no Município, deverão ser licenciadas pelo CODEMA, de acordo com a classificação do empreendimento em pequeno, médio ou grande porte, na forma do capítulo IV deste regulamento.

Art. 114 - O transporte, a disposição e, quando for o caso, o tratamento de resíduos provenientes de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, deverão ser feitos pelo responsável por tais atividades, que não se exime de responsabilização mesmo quando forem efetuados por terceiros, e deverão estar contemplados quando do licenciamento do empreendimento.

§ 1º - Os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços deverão apresentar ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente o programa de gerenciamento de resíduos sólidos, em conformidade com as normas técnicas e legais pertinentes, tais como a NBR 10.004/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e a Resolução CONAMA nº 5, de 5 de agosto de 1993, apontando e descrevendo as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, bem como contemplando os aspectos referentes à geração, segregação,

acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, disposição final e proteção à saúde pública.

§ 2º - Na elaboração do programa de gerenciamento de resíduos sólidos devem ser considerados princípios que conduzam à reciclagem, bem como a soluções integradas ou consorciadas, para os sistemas de tratamento e disposição final, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º - O programa de gerenciamento de resíduos sólidos de um empreendimento, somente poderá prever a destinação para disposição ou tratamento por terceiros, quando o empreendimento e o terceiro sejam licenciados para tal fim.

Art. 115 - Fica proibido lançar ao solo, em logradouros públicos, resíduos sólidos de qualquer natureza.

### **Subseção III Dos Movimentos de Terra**

Art. 116 - Depende de prévia autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente a movimentação de terra para execução de aterro, desaterro e bota-fora, quando implicarem sensível degradação ambiental, incluindo modificação indesejável da cobertura vegetal, erosão, assoreamento e contaminação de coleções hídricas, poluição atmosférica, ou descaracterização significativa da paisagem, respeitada a legislação municipal específica.

Art. 117 - Para quaisquer movimentos de terra deverão ser previstos mecanismos de manutenção da estabilidade de taludes, rampas e platôs, de modo a impedir a erosão e suas consequências.

Parágrafo único - O aterro ou desaterro deverá ser seguido de reabilitação da área e recomposição da cobertura vegetal adequada à contenção do carreamento pluvial de sólidos.

## **SEÇÃO V DA FAUNA E FLORA Subseção I Das Definições**

Art. 118 - Para os fins deste Regulamento, aplicam-se as definições que se seguem:

I - fauna nativa: conjunto de espécies animais, não introduzidas pelo homem, que ocorrem naturalmente no território do Município;

II - fauna silvestre: conjunto de espécies de animais, nativos ou não, da fauna em geral, nacional ou estrangeira;

III - flora nativa: conjunto de espécies vegetais, não introduzidas pelo homem, que ocorrem naturalmente no território do Município;

IV - flora silvestre: conjunto de espécies de vegetais, nativos ou não, da flora em geral, nacional ou estrangeira;

V - logradouro público: designação genérica de locais de uso comum destinados ao trânsito ou à permanência de veículos e pedestres, tais como rua, avenida, praça, parque, ponte, viaduto e similares;

VI - áreas de domínio público: logradouros públicos e áreas mantidas pelo poder público, tais como reservas biológicas, parques florestais, jardins e nascentes;

VII - reserva biológica: unidade de conservação da natureza, destinada a proteger integralmente a flora e a fauna ou mesmo a uma espécie em particular, com utilização para fins científicos;

VIII - parque florestal: unidade de conservação permanente, destinada a resguardar atributos da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

IX - área verde: toda área onde predominar qualquer forma de vegetação, quer seja nativa ou não, de domínio público ou privado;

X - área de conservação ou de preservação permanente: área de domínio público ou privado, destinada à conservação dos recursos naturais, devido a sua importância, beleza, raridade, valor científico, cultural ou de lazer;

XI - poda: operação que consiste na eliminação de galhos ou raízes dos vegetais;

XII - transplante: remoção de um vegetal de determinado local e seu implante em outro;

XIII - supressão: eliminação de um ou mais espécimes vegetais.

## **Subseção II**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 119 - Cabe ao Município proteger a fauna e a flora existentes nos logradouros públicos, em atuação coordenada com órgãos federais e estaduais que direta ou indiretamente exerçam tais atribuições.

Parágrafo único - Em se tratando de vetores de moléstias ou artrópodes importunos, o controle de suas populações cabe à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da legislação específica.

Art. 120 - É de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, o plantio, replantio, transplante, supressão e poda das árvores situadas nas áreas de domínio público.

§ 1º - Depende de prévia autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente a poda, o transplante ou supressão de espécime arbóreo e demais formas de vegetação, em áreas de domínio público ou privado, bem como seu plantio em áreas de domínio público.

§ 2º - O CODEMA poderá estabelecer, através de deliberação normativa, relação de espécies vegetais que, em razão de sua natureza, porte e localização, não necessitam de autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente para serem podados.

§ 3º - Em casos de supressão, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá exigir a reposição dos espécimes suprimidos por outros espécimes da flora.

Art. 121 - São consideradas de interesse ambiental todas as áreas verdes situadas no Município de Betim, as quais deverão receber proteção especial dos órgãos competentes.

Art. 122 - Depende de prévio licenciamento ambiental a implantação de projetos de parcelamento do solo ou de edificações em áreas revestidas, total ou parcialmente, por vegetação de porte arbóreo.

Art. 123 - Os responsáveis pelos danos causados à flora, inclusive aqueles provocados em decorrência de acidentes de trânsito, serão punidos com as sanções previstas neste Regulamento.

§ 1º - As despesas decorrentes da reposição de espécimes suprimidos irregularmente correrão por conta do responsável pela supressão, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

§ 2º - No caso de supressão irregular de áreas verdes, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá exigir a recomposição da área lesada, mediante planos de replantio ou de regeneração natural, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Art. 124 - Qualquer árvore do Município poderá ser declarada imune de corte mediante ato do CODEMA, por motivo de sua localização, raridade, antiguidade, de seu interesse histórico, científico ou paisagístico, ou de sua condição de porta-sementes, ficando sua proteção a cargo do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 125 - Depende de prévia autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente a utilização de praças e parques florestais para realização de shows, comícios, feiras e demais atividades cívico-religiosas e esportivas.

Art. 126 - Os espécimes da fauna, em qualquer fase de seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são bens de interesse comum, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

~~Art. 127 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá autorizar a manutenção ou criação de animais silvestres em cativeiro no Município, mediante a observância das normas ambientais, de segurança, higiene e preservação da espécie, respeitadas as legislações federal e estadual. (Artigo 127 revogado pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).~~

~~Art. 128 - É proibida a comercialização de espécimes provenientes de criadouros ou viveiros devidamente legalizados, e os objetos deles derivados. (Artigo 128 revogado pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).~~

Parágrafo Único - Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros ou viveiros devidamente legalizados, e os objetos deles derivados.

Art. 129 - Fica proibido qualquer ato que inicie ou possa provocar incêndio em terrenos baldios.

Art. 130 - Depende de prévia autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou a fixação de cabos e fios, ou para suporte ou apoio a instalações de qualquer natureza.

Art. 131 - Todo projeto de obra pública relativo à implantação de rede de energia elétrica, iluminação pública, telefonia, rede de água e esgoto, deverá compatibilizar-se com a vegetação arborea, de forma a evitar danos à mesma.

Parágrafo Único - Mesmo em caso de inexistência de vegetação ou de seu projeto de implantação, as obras públicas deverão ser implantadas conforme orientação do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

#### **SEÇÃO VI DA POLUIÇÃO VISUAL EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 132 - Compete ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente julgar casos de situações existentes e sobre a conveniência de implantação de qualquer obra, equipamento ou atividade que venha a causar uma intrusão visual significativa, capaz de agredir a estética urbana, inclusive as agressões ao vernáculo, causar poluição visual ou interferir em monumentos históricos e na qualidade de vida dos cidadãos.

Art. 133 - Todo e qualquer plano de intervenção urbana para disciplinar a colocação de veículos de divulgação de anúncios ao público deverá ser submetido à aprovação do CODEMA.

#### **SEÇÃO VII DAS AUTORIZAÇÕES**

Art. 134 - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente analisará e decidirá os pedidos para realização das atividades que, por exigência deste Decreto, exijam prévia autorização, a saber:

I - autorização para utilização ou detonação de explosivos ou similares, nos termos do artigo 89;

II - autorização para execução de serviços de construção civil em horário especial, nos termos do artigo 90;

III - autorização para disposição de resíduos sólidos, nos termos do artigo 111;

IV - autorização para movimentação de terra, aterro, desaterro e bota-fora, nos termos do artigo 116;

V - autorização para poda, transplante ou supressão de espécime arbóreo e demais formas de vegetação, em áreas de domínio público ou privado, bem como para seu plantio em áreas de domínio público, nos termos do artigo 120, § 1º;

VI - autorização para realização de shows, feiras ou similares em praça ou parque florestal, nos termos do artigo 125;

~~VII - autorização para manutenção ou criação de animais silvestres em cativeiro, nos termos do artigo 127, (Inciso VII do Artigo 134 revogado pelo Decreto nº 18638, de 17/6/2002).~~

VIII - autorização para fixação de cabos, fios ou similares na arborização pública, nos termos do artigo 130.

§ 1º - Do indeferimento do pedido de autorização caberá recurso para o CODEMA no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da ciência do requerente relativamente àquela decisão.

§ 2º - Aos recursos interpostos aplica-se, no que couber, as normas constantes da Seção III, do Capítulo VII, deste Decreto.

Art. 135 - O CODEMA definirá, mediante deliberação normativa, a documentação e informação necessárias à obtenção de cada modalidade de autorização.

#### **SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 136 - A fiscalização do cumprimento das normas ambientais no Município de Betim será exercida por técnicos e servidores credenciados ou designados pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 137 - Os responsáveis por fonte poluidora ficam obrigados a comunicar imediatamente ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil a ocorrência de qualquer episódio, acidental ou não, que possa representar riscos à saúde pública ou aos recursos ambientais.

Art. 138 - No exercício da ação fiscalizadora, ficam assegurados aos técnicos e servidores credenciados ou designados pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, a entrada nas dependências das atividades e empreendimentos, com permanência nelas pelo tempo que se fizer necessário, bem como o acesso aos equipamentos e a todas as informações necessárias e a promoção dos meios adequados à perfeita execução de seus deveres funcionais.

Parágrafo único - O titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente ou os agentes credenciados ou designados, quando necessário, poderão requisitar apoio policial para garantir o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 139 - Aos agentes credenciados ou designados compete:

I - efetuar vistorias em geral, levantamentos e avaliações;

II - verificar a ocorrência da infração;

III - lavrar de imediato o auto de fiscalização e, se constatada a infração, o auto de infração respectivo, fornecendo uma via ao autuado;

IV- elaborar relatório de vistoria.

Art. 140 - De forma fundamentada, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá determinar às atividades e empreendimentos, com ônus para elas, a execução de medições dos níveis e das concentrações de suas emissões e lançamentos de poluentes nos recursos ambientais.

§ 1º - As medições de que trata este artigo poderão ser executadas pelas próprias fontes poluidoras ou por empresas de reconhecida idoneidade e capacidade técnicas, sempre com acompanhamento por técnico ou agente credenciado ou designado pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º - O responsável pela fonte poluidora deverá fornecer todas as informações complementares sobre o seu funcionamento, que se fizerem necessárias à avaliação dos resultados desses programas de medição, monitorização ou acompanhamento, a critério do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

#### SEÇÃO IX DAS INFRAÇÕES

Art. 141 - Constitui infração administrativa ambiental o desrespeito a qualquer dos dispositivos da Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999, deste Regulamento e das normas deles decorrentes.

Art. 142 - As infrações administrativas ambientais tipificadas na legislação federal e estadual em vigor, em especial a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e o Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, quando não previstas na Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999, neste Regulamento e nas normas deles decorrentes, serão autuadas e sancionadas com base nas leis respectivas, aplicando-se subsidiariamente as normas previstas na citada legislação municipal, especialmente as relativas à formalização das sanções e aos recursos, constantes das Seções II e III, do Capítulo VII, deste Decreto.

#### CAPÍTULO VII DAS SANÇÕES SEÇÃO I DAS NORMAS GERAIS

~~Art. 143 - Os infratores dos dispositivos da Lei nº 3274, de 20 de dezembro de 1999, deste Regulamento e das normas deles decorrentes ficam sujeitos às seguintes sanções, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis:~~

~~I - advertência por escrito, em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas neste Decreto;~~

~~II - multa simples, de R\$50,00 a R\$50.000.000,00;~~

~~III - multa diária, a ser aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo;~~

~~IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, apetrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;~~

~~V - destruição ou inutilização do produto;~~

~~VI - suspensão de venda e fabricação do produto;~~

~~VII - embargo de obra ou atividade;~~

~~VIII - demolição de obra ou empreendimento;~~

~~IX - suspensão parcial ou total de atividades, até a correção das irregularidades, salvo os casos reservados à competência da União e do Estado;~~

~~X - cassação de alvarás e licenças concedidas, a ser executada pelos órgãos competentes do Executivo Municipal;~~

~~XI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município, a serem executados pelo órgão competente do Executivo Municipal;~~

~~XII - reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;~~

~~XIII - proibição de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo período de até três anos.~~

~~§ 1º - Se o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão-lhe aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.~~

~~§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste Decreto não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.~~

~~§ 3º - Além de sujeitar-se às sanções previstas neste artigo, está o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.~~

~~§ 4º - Para efeito da aplicação de sanções, as infrações aos dispositivos deste Regulamento serão classificadas pelo CODEMA, através de deliberação normativa, como leves, graves ou gravíssimas.~~

~~§ 5º - A sanção de advertência prevista no inciso I do "caput" deste artigo poderá ser aplicada quando se tratar de infração de natureza leve ou grave, fixando, se for o caso, prazo para que sejam sanadas as irregularidades apontadas.~~

~~§ 6º - A sanção de advertência não poderá ser aplicada mais de uma vez, para uma mesma infração cometida por um único infrator.~~

~~§ 7º — A sanção de multa simples prevista no inciso II do "caput" deste artigo poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo da execução de medidas exigidas em lei.~~

~~§ 8º — A sanção de multa diária prevista no inciso III do "caput" deste artigo será aplicada até a efetiva cessação da infração ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de termo de compromisso de reparação de dano.~~

~~§ 9º — A apreensão, destruição ou inutilização referidas nos incisos IV e V do "caput" deste artigo obedecerão à seguinte disposição:~~

~~I — os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca objeto de infração administrativa serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;~~

~~II — os animais apreendidos terão a seguinte destinação:~~

~~a) libertados em seu "habitat" natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;~~

~~b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados, vedada a prática de quaisquer atos de abuso e maus tratos ou que causem ferimentos ou mutilações nos mesmos, bem como sua destinação para realização de experiências, ainda que para fins didáticos ou científicos; ou~~

~~c) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá confiar os animais a fiel depositário na forma dos artigos 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, até implementação dos termos antes mencionados;~~

~~III — os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;~~

~~IV — os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objeto de nova doação ou leilão, a critério do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, revertendo os recursos arrecadados para o Fundo Municipal do Meio Ambiente e sua aplicação na proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente, correndo os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais à conta do beneficiário;~~

~~V — os equipamentos, os petrechos e os demais instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, revertendo os recursos arrecadados para o~~

Fundo Municipal do Meio Ambiente, garantida a sua descaracterização por meio de reciclagem.

VI — caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidade para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitalares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após prévia avaliação do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

VII — tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou animal ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e correrão às expensas do infrator;

VIII — os veículos e as embarcações utilizados na prática da infração, apreendidos pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, somente serão liberados mediante o pagamento da multa ou oferecimento de defesa, podendo ser os bens confiados a fiel depositário na forma dos artigos 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1916, até implementação dos termos antes mencionados, a critério do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

IX — fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, de que trata este parágrafo, salvo na hipótese de autorização do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

X — o Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente encaminhará cópia dos termos de que trata este parágrafo ao Ministério Público, para conhecimento.

§ 10 — As sanções indicadas nos incisos VI, VII e IX do "caput" deste artigo serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 11 — A determinação de demolição de obra de que trata o inciso VIII do "caput" deste artigo será feita a partir da efetiva constatação da gravidade do dano decorrente da infração atuada.

§ 12 — A sanção indicada no inciso X do "caput" deste artigo será executada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente ou CODEMA, conforme o caso, após a aplicação da sanção prevista no inciso IX sem que o autuado tenha corrigido as irregularidades apontadas no prazo determinado.

§ 13 — A execução das sanções indicadas nos incisos VI, VII, VIII, IX e X do "caput" deste artigo poderá ser efetuada, quando necessário, com requisição de força policial, podendo ficar a fonte poluidora sob custódia policial, até sua liberação pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

§ 14 — O infrator será o único responsável pelas consequências da aplicação das sanções de que trata o parágrafo anterior, não cabendo qualquer indenização por eventuais danos,

~~correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes da aplicação das sanções.~~

~~§ 15 - As sanções restritivas de direito previstas nos incisos XI e XIII do "caput" deste artigo serão executadas pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Betim. (Redação original).~~

Art. 143 - Os infratores dos dispositivos da Lei nº 3.274, de 20 de dezembro de 1999, deste Regulamento e das normas deles decorrentes ficam sujeitos às seguintes sanções, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis:

I - advertência por escrito, em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas neste Decreto;

II - multa simples, de R\$50,00 (cinquenta reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

III- multa diária, a ser aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo;

IV - suspensão de venda e fabricação do produto;

V - embargo de obra ou atividade;

VI - demolição de obra ou empreendimento;

VII - suspensão parcial ou total de atividades, até a correção das irregularidades, salvo os casos reservados à competência da União e do Estado;

VIII - cassação de alvarás e licenças concedidas;

IX - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município, a serem executados pelo órgão competente do Executivo Municipal, em atendimento a parecer técnico emitido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

X - reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

XI - proibição de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo período de até três anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida de regular processo administrativo, a ser especificado no regulamento desta Lei, onde será concedido o prazo de 20 (vinte) dias ao autuado para apresentação de defesa, contados do recebimento do auto de infração.

§ 2º - Se o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º - A aplicação das sanções previstas neste Decreto não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 4º - Além de sujeitar-se às sanções previstas neste artigo, está o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

§ 5º - As sanções previstas neste artigo serão objeto de especificação em regulamento de forma a compatibilizar a sanção com a infração cometida, devendo a autoridade competente, quando de sua aplicação, levar em consideração a natureza e gravidade da infração, as consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental e a sua situação econômica, no caso de multa.

§ 6º - A multa simples poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo da execução de medidas exigidas em lei.

§ 7º - As sanções indicadas nos incisos IV a VI do *caput* serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares. *(Artigo 143, incisos e parágrafos com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/06/2002).*

Art. 144 - Na aplicação da multa simples de que trata o inciso II do artigo 143, serão observados os seguintes limites:

- I - de R\$50,00 a R\$2.000,00, no caso de infração leve;
- II - de R\$2.001,00 a R\$12.000,00, no caso de infração grave;
- III - de R\$12.001,00 a R\$50.000.000,00, no caso de infração gravíssima.

§ 1º - A autoridade competente, quando da aplicação da sanção, deverá levar em consideração, dentre outras circunstâncias atenuantes e agravantes, a natureza e gravidade da infração, as consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental e a sua situação econômica, no caso de multa simples ou diária.

§ 2º - No caso de reincidência em infração punida com multa simples, esta poderá ser aplicada em dobro.

§ 3º - O cometimento de nova infração por agente beneficiado com a conversão de multa simples em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, implicará a aplicação de multa em dobro do valor daquela anteriormente imposta.

Art. 145 - Em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou animais, ou recursos ambientais, o Prefeito Municipal poderá determinar, em processo sumário, a suspensão de atividades de fonte poluidora, durante o tempo que se fizer necessário para correção da irregularidade.

Parágrafo único - Da medida a que se refere o "caput" deste artigo caberá recurso ao CODEMA, na forma prevista na Seção III deste Capítulo.

## **SEÇÃO II DA FORMALIZAÇÃO DAS SANÇÕES**

Art. 146 - Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 2 (duas) vias, destinando-se a primeira ao autuado e a segunda à formação do processo administrativo, devendo aquele instrumento conter:

I - nome do autuado, com o CNPJ ou CPF e endereço respectivos;

II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data da sua constatação;

III - a disposição legal ou regulamentar que fundamenta a autuação;

IV - prazo para apresentação de defesa e, se for o caso, para comparecimento ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente com finalidade indicada;

V- assinatura do autuante.

Parágrafo único - O autuado tomará ciência do auto de infração pessoalmente, por seu representante legal ou preposto, ou por carta registrada, com aviso de recebimento - AR.

~~Art. 147 - O autuado poderá apresentar defesa endereçada ao titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do auto de infração. (Redação original).~~

Art. 147 - O autuado poderá apresentar defesa endereçada ao titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do auto de infração. *(Artigo 147 com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/06/2002).*

Art. 148 - O titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente determinará a formação de processo administrativo ou a anexação da autuação em processo administrativo já em tramitação.

§ 1º - Ao processo administrativo será juntado parecer técnico e, se houver razões de defesa, parecer jurídico relativo à infração.

§ 2º - Após cumprido o disposto no artigo anterior e no "caput" e § 1º deste artigo, o processo será encaminhado à decisão do titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 149 - A imposição das sanções previstas neste Regulamento será notificada por escrito ao infrator pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, através de seus agentes credenciados ou designados, de carta registrada, com aviso de recebimento - AR ou, após 3 (três) tentativas de notificação sem que o infrator seja localizado, através de publicação no órgão de imprensa oficial do Estado ou do Município.

Art. 150 - As multas previstas neste Regulamento deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 1º - O recolhimento deverá ser feito em estabelecimento de crédito credenciado para tal fim, a favor do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente - Fundo Municipal do Meio Ambiente.

§ 2º - O não recolhimento da multa no prazo fixado, além de sujeitar o infrator à decadência do direito de recurso, acarretará correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado para o recolhimento.

### SEÇÃO III DOS RECURSOS

Art. 151 - Das decisões em primeira instância caberá recurso para o CODEMA, sem efeito suspensivo.

~~Parágrafo único - Os recursos serão dirigidos ao Presidente do CODEMA e interpostos no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento, pelo infrator, da notificação da decisão recorrida, ou de sua publicação no órgão de imprensa oficial do Estado ou do Município. (Redação original).~~

Parágrafo único - Os recursos serão dirigidos ao Presidente do CODEMA e interpostos no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do recebimento, pelo infrator, da notificação da decisão recorrida, ou de sua publicação no órgão de imprensa oficial do Estado ou do Município. *(Parágrafo Único com redação dada pelo Decreto nº 18638, de 17/06/2002).*

Art. 152 - Apresentado recurso ao CODEMA, serão emitidos pareceres técnico e jurídico para subsidiar a decisão daquele Conselho.

Parágrafo único - A tramitação de que trata este artigo e a decisão do CODEMA serão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 153 - É irrecorrível, em nível administrativo, a decisão proferida pelo CODEMA relativa à aplicação de sanções.

Art. 154 - Não será reconhecido recurso desacompanhado de cópia autenticada da Guia de Recolhimento da multa, quando for o caso.

Art. 155 - No caso de cancelamento de multa, a sua restituição será automática, sempre pelo mesmo valor recolhido, reajustada pelo IPCA/IBGE ou outro índice oficial que lhe suceder, na data da decisão.

Parágrafo único - A restituição da multa recolhida será efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

#### **CAPÍTULO VIII DA TECNOLOGIA E DA PESQUISA AMBIENTAIS**

Art. 156 - A Administração Municipal incentivará projetos voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social harmonizado com a proteção dos recursos ambientais, devendo, para tal, estimular e desenvolver pesquisas e tecnologias ecologicamente sustentáveis.

Parágrafo único - O Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente poderá celebrar convênios de cooperação técnica com órgãos e/ou entidades de pesquisa, organizações não governamentais, iniciativa privada, dentre outros, visando a viabilização técnica e financeira dos projetos.

#### **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 157 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo CODEMA.

Art. 158 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlaile de Jesus Pedrosa  
Prefeito Municipal

OBS: Faltam tabelas.